

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Visão geral dos sistemas

1. Dê uma breve descrição geral de cada sistema de licenciamento e, com relação a cada um, responda às seguintes perguntas, conforme relevante, apresentando sequencialmente todo o conteúdo em relação a determinado sistema e usando referências cruzadas quando elementos que já tenham sido descritos em um sistema também estejam presentes em outro sistema.

O MAPA utiliza unicamente o sistema de licenciamento do Portal Único SISCOMEX.

Objetivos e cobertura do licenciamento

2. Identifique cada sistema de licenciamento mantido e indique quais produtos, agrupados apropriadamente, estão cobertos.

Os produtos sujeitos a licenciamento do MAPA são os previstos no Anexo da Instrução Normativa Nº 51, de 4 de novembro de 2011 (https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/vigilancia-agropecuaria/importacao-e-exportacao/anexos-in-51/Anexo_IN51de04.11.11_21.09.21.pdf).

A IN nº 51/2011 estabelece critérios e procedimentos de controle e fiscalização de produtos de interesse agropecuário sujeitos a licenciamento de importação no Siscomex.

3. O sistema se aplica a mercadorias originadas e provenientes de quais países?

Não há distinção entre origem dos países.

4. O licenciamento objetiva restringir a quantidade ou o valor das importações? Em caso negativo, quais são seus objetivos? Métodos alternativos para atingir os objetivos foram considerados? Em caso afirmativo, quais? Por que eles não foram adotados?

O licenciamento do MAPA não objetiva restringir quantidade ou valor.

5. Mencione a lei, regulamento e/ou decisão administrativa sob a qual o licenciamento é mantido. O licenciamento é obrigatório por lei? A legislação submete à discricionariedade administrativa a designação dos produtos sujeitos a licenciamento? É possível para o governo (ou o poder executivo) abolir o sistema sem aprovação legislativa?

O licenciamento de importação realizado pelo MAPA tem como fundamentação legal as normas a seguir:

LEI Nº 1.283, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1950.

LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989.

LEI Nº 6.198, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974.

LEI Nº 6.446, DE 5 DE OUTUBRO DE 1977

LEI Nº 6.894, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980.

LEI Nº 7.678, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1988

LEI Nº 8.918, DE 14 DE JULHO DE 1994.

LEI No 9.972, DE 25 DE MAIO DE 2000.

LEI No 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003.

A IN nº 51/2011 estabelece critérios e procedimentos de controle e fiscalização de produtos de interesse agropecuário sujeitos a licenciamento de importação no Siscomex.

O licenciamento é obrigatório por lei. A autoridade administrativa tem discricionariedade para designar os produtos sujeitos a licenciamento. O governo não pode abolir o sistema sem aprovação legislativa.

Procedimentos

6. Para produtos sob restrição quanto à quantidade ou valor das importações (seja a restrição aplicável globalmente, a número limitado de países, seja estabelecida bilateral ou unilateralmente):

Vide resposta à questão 4.

I. As informações relativas a alocação de cotas e a formalidades para solicitação de licenças são publicadas? Em caso positivo, onde são publicadas? Em caso negativo, como essas informações são levadas ao conhecimento de possíveis importadores, governos, órgãos de promoção das exportações de países exportadores e seus representantes comerciais? A quantidade total é publicada? A quantidade alocada a cada país é publicada? A quantidade máxima alocada a cada importador é publicada? Como solicitar exceções ou derrogações à exigência de licenciamento?

Não se aplica.

II. Como é determinado o tamanho das cotas: em base anual, semestral ou trimestral? Existem casos em que o tamanho da cota é determinado em base anual, mas as licenças são emitidas para importações em base semestral ou trimestral? Nesse último caso, é necessário que os importadores solicitem nova licença em base semestral ou trimestral?

Não se aplica.

III. As licenças para determinados bens são alocadas parcialmente ou exclusivamente para produtores domésticos de bens similares? Quais medidas são tomadas para garantir que as licenças alocadas são realmente utilizadas para importações? As alocações não utilizadas são adicionadas às cotas de um período subsequente? Os nomes dos importadores aos quais as licenças foram atribuídas são divulgados a governos e a órgãos de promoção das exportações de países exportadores, mediante solicitação? Em caso negativo, por que razão? (Indique os produtos aos quais as respostas se relacionam).

Não se aplica.

IV. A partir do momento do anúncio da abertura das cotas, conforme indicado na questão "I" acima, qual o prazo para a apresentação de solicitações de licenças?

Não se aplica.

V. Quais são os períodos de tempo mínimo e máximo para o processamento de solicitações?

Não se aplica.

VI. Quanto tempo transcorre, no mínimo, entre a concessão das licenças e a data de início do período de importação?

Não se aplica.

VII. A análise das solicitações de licença é realizada por um único órgão administrativo? Ou o pedido deve ser encaminhado a outros órgãos para visto, nota ou aprovação? Em caso afirmativo, deve ser encaminhado a quais órgãos? O importador tem que contatar mais de um órgão administrativo?

Não se aplica.

VIII. Se a demanda por licenças não é atendida integralmente, qual o critério para alocação aos solicitantes? Cronológico (o primeiro a solicitar é o primeiro a ser atendido)? Desempenho anterior? Existe uma quantidade máxima a ser atribuída por solicitante? Em caso afirmativo, qual o critério para determinação? Qual tratamento é destinado a novos importadores? As solicitações são examinadas simultaneamente ou à medida que são recebidas?

Não se aplica.

IX. No caso de cotas bilaterais ou acordos de restrição à exportação em que licenças de exportação são emitidas por países exportadores, há também exigência de licenças de importação? Em caso afirmativo, as licenças são emitidas automaticamente?

Não se aplica.

X. Nos casos em que as importações dependem unicamente de licenças de exportação, como o país importador é informado do efeito dado pelos países exportadores ao entendimento entre os dois países?

Não se aplica.

XI. Existem produtos para os quais licenças são emitidas sob a condição de que os bens devem ser exportados e não vendidos no mercado doméstico?

Não se aplica.

7. Para os casos em que não há limite quantitativo para importação de um produto ou para importações de determinado país:

a) A solicitação de licença deve ser apresentada com qual prazo de antecedência em relação à importação? As licenças podem ser obtidas em prazo mais curto? No caso de bens que

chegam ao porto sem licença (por exemplo, em razão de inadvertência), é possível obter a licença em prazo mais curto?

Não há prazo específico de antecedência, mas, para a mercadoria ingressar no Brasil, é necessária a anuência prévia.

(b) Uma licença pode ser concedida imediatamente, a pedido?

Todos os pedidos de licença são analisados caso a caso, em ordem cronológica.

(c) Há alguma limitação quanto ao período do ano durante o qual a solicitação de licença e/ou a importação pode ser feita? Em caso afirmativo, explique.

Não há limitação

(d) A análise dos pedidos de licença é realizada por um único órgão administrativo? A solicitação deve ser encaminhada a outros órgãos para visto, nota ou aprovação? Em caso afirmativo, a quais órgãos deve ser encaminhada? O importador precisa contatar mais de um órgão administrativo?

O licenciamento de importação do MAPA independe de encaminhamento ou consulta a outros órgãos.

8. Em que circunstâncias, além do descumprimento das exigências ordinárias, pode uma solicitação de licença ser recusada? As razões da recusa são apresentadas ao solicitante? Os solicitantes têm o direito de recorrer, caso a emissão de licença tenha sido recusada? Em caso afirmativo, para quais órgãos pode recorrer e segundo quais procedimentos?

O MAPA só pode indeferir licença se houver previsão legal. O solicitante tem o direito de recorrer administrativamente ao MAPA.

Elegibilidade dos importadores para solicitar licença

9. Todas as pessoas, empresas e instituições são elegíveis para solicitar licenças:

(a) sob sistemas de licenciamento restritivos?

(b) sob sistemas não restritivos?

b) Apenas pessoas jurídicas são elegíveis a solicitar licenças. Todas as pessoas jurídicas são elegíveis a solicitar a licença, mas, para alguns produtos, é exigido registro junto ao MAPA.

Em caso negativo, existe um sistema de registro de pessoas ou empresas autorizadas a realizar importações? Quais pessoas ou empresas são elegíveis? Existe uma taxa de registro? Existe uma lista publicada de importadores autorizados?

Existe registro de estabelecimento de importador para alguns produtos. O registro do estabelecimento autorizado a importar pode ser publicado em sistema específico ou no Diário Oficial da União.

Requisitos documentais e outros para solicitação de licença

10. Quais informações são exigidas nas solicitações? Apresente um formulário de amostra. Quais documentos o importador deve fornecer juntamente com a solicitação?

A documentação específica está prevista no anexo da Instrução Normativa Nº 39, de 27 de novembro de 2017, disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/instrucao-normativa-no-39-de-27-de-novembro-de-2017.pdf/@download/file/instrucao-normativa-no-39-de-27-de-novembro-de.pdf>.

11. Quais são os documentos exigidos na efetiva importação?

A documentação específica está prevista no anexo da Instrução Normativa Nº 39, de 27 de novembro de 2017.

12. Existe alguma taxa de licenciamento ou encargo administrativo? Em caso afirmativo, qual é o valor da taxa ou encargo?

Não há cobrança de taxa de licenciamento. Para alguns produtos de origem vegetal que possuem padrão nacional de classificação, é exigido taxa para importação do produto.

13. Existe alguma exigência de depósito ou de pagamento antecipado associada à emissão de licenças? Em caso afirmativo, informe o valor ou a taxa, se é reembolsável, o período de retenção e a finalidade da solicitação.

Não há exigência de depósito ou pagamento antecipado.

Condições de Licenciamento

14. Qual é o período de validade de uma licença? A validade de uma licença pode ser estendida? Como?

Prazo padrão do Siscomex.

15. Existe alguma penalidade pela não utilização de uma licença ou de parte de uma licença?

Não.

16. As licenças são transferíveis entre importadores? Em caso afirmativo, existem limitações ou condições associadas a essa transferência?

Não.

17. Existem outras condições associadas à emissão de uma licença:

(a) para produtos sujeitos a restrição quantitativa?

(b) para produtos não sujeitos a restrição quantitativa?

b) Não. Existem as condições exigíveis ordinariamente pelo Portal Único.

Outras Exigências Procedimentais

18. Existem outros procedimentos administrativos, além do licenciamento de importação e procedimentos administrativos similares, exigidos antes da importação?

Para alguns produtos agropecuários, além do licenciamento, o MAPA pode exigir alguns procedimentos administrativos prévios à importação, tais como: análise de risco de praga, habilitação de estabelecimento exportador, registro de produto, registro de estabelecimento importador.

19. As autoridades bancárias fornecem moeda estrangeira automaticamente para a importação das mercadorias? É exigida a licença como condição para obter moeda estrangeira? Sempre há moeda estrangeira disponível para cobrir as licenças emitidas? Quais formalidades devem ser cumpridas para a obtenção de moeda estrangeira?

Não se aplica.